

Para uma Europa de coragem

25-Mar-2009

As principais propostas do bloco de esquerda para a União Europeia podem ser consultadas no compromisso eleitoral da lista para as europeias. O que agora vos proponho é uma reflexão sobre a importância das questões europeias para um programa de alternativa em Portugal.

Miguel Portas, Deputado no Parlamento Europeu

1. Precisamos da União para sair da crise com justiça social.

À À À

Até hoje, as políticas redistributivas de escala europeia têm assentado, principalmente, nas chamadas políticas de coesão territorial. Contudo, a eclosão da crise acentua as suas limitações porque ao crescimento das urgências e necessidades sociais não corresponde um aumento proporcional dos recursos para lhes responder.

Os países mais fragilizados pela crise – Portugal é um deles – precisam que a União se dote de um conjunto de novas políticas de natureza social que sejam complementares da acção dos Estados. A mais importante é a criação de um fundo europeu complementar para a Segurança Social. Os países com maior PIB per capita também têm interesse nesta proposta desde que o seu financiamento não prejudique os sistemas de protecção social de que usufruem. Com efeito, a médio prazo, é improvável que qualquer um deles possa assegurar a sua estabilidade sem uma componente redistributiva que ultrapasse as fronteiras nacionais.

Este fundo teria assim dois objectivos: por um lado, permitir aos sistemas de protecção mais fracos aproximarem-se dos que tomam por exemplo; por outro lado, introduzir um factor de solvabilidade do conjunto dos sistemas a médio prazo. Este fundo responde, pela esquerda, à estratégia que os Estados têm vindo a pôr em prática: trabalhar mais e receber menos a partir da primeira pensão.

A resposta da esquerda para a defesa dos sistemas de protecção social tem, assim uma dupla dimensão: internamente, assenta num novo modelo de financiamento; externamente, introduz um acelerador de convergência europeu dirigido prioritariamente aos mais necessitados, o que permite transferir para a dimensão comunitária as estratégias de complementaridade de rendimento que actualmente os governos estão a usar. Os sistemas nacionais de protecção ficariam, assim, mais livres para prosseguirem políticas ousadas de aproximação das pensões médias ao salário médio.

2. Precisamos da União para «emutualizar» a redistribuição dos novos recursos.

Até agora, Bruxelas tem-se recusado a encarar a questão dos recursos na dimensão que a crise exige. Essa é a opinião, entre muitos outros, de Paul Krugman. Por outro lado, coloca-se a questão da origem dos financiamentos e, finalmente, a sua afectação.

Primeiro, os montantes necessários: admitamos como razoável o cálculo do Nobel, que estima em 1/6 das necessidades, o que a Europa está a destinar ao combate ao relançamento económico.

Â Segundo, as fontes: a União está impedida, pelo critério da unanimidade, de emitir dívida pública e a possível contracção de um empréstimo europeu nos mercados internacionais afigura-se mais do que problemática. Mesmo que esta vertente possa ser desbloqueada, ela tem um preço elevado sobre as gerações futuras. Deve-se, em consequência, ser prudente, até porque os governos não têm feito outra coisa senão transferir para o futuro a factura das injeções de dinheiro no sistema financeiro. O financiamento por emissão de dívida não dispensa uma política fiscal que seja, em si mesma, redistributiva. O encerramento dos offshores, a diminuição drástica da titularização especulativa em bolsa e a taxação de todas as operações que aí ocorram, em função da sua natureza, deve ser feita em escala europeia e não meramente nacional, sob pena de apenas se acentuarem as desigualdades de partida quando se mobilizam novos recursos de combate à crise. A par da regulamentação pública das bolsas através de uma agência europeia de notação, a entrada da fiscalidade nos mercados financeiros permite mobilizar recursos sem castigar os mesmos de sempre.

Terceiro, o destino dos novos recursos: ao capital financeiro que se deve ir buscar o «bolo» que financia as políticas sociais de dimensão europeia e mundial. A alocação deste recurso deve obedecer a uma lógica mutualista. Parte, destinar-se-ia aos programas de combate à pobreza e ajuda ao desenvolvimento em escala planetária; a outra parte ao fundo acima proposto.

Â Nas decisões de gestão estratégica destes novos recursos devem participar, não apenas os governos e o Parlamento Europeu, mas também os comités económico e social (onde se encontram os parceiros sociais) e o das regiões, «desgovernamentalizando» estas aplicações.

3. Precisamos de um governo de esquerda que na Europa seja pró-activo sobre o essencial.

Antes de qualquer Tratado, a União e Portugal precisam de um contrato para a urgência social e económica. Um governo de esquerda deve procurar as alianças sociais e entre governos para a viragem que reconcilie o projecto europeu com as preocupações populares.

Â Deste ponto de vista, revogar a legislação pontual que impede o governo económico da União e um orçamento ampliado, são prioridades sobre qualquer novo Tratado. Este, aliás, vale a pena se libertar a União do colete-de-forças neo-liberal que a tem amarrado e a impede de combater a crise por via da justiça social.

Â 4. A dimensão mundial da crise exige respostas mundiais.

Contudo, a ausência ou insuficiência destas não pode nem deve paralisar os Estados que pretendam mudanças mais substantivas.

O pior que pode acontecer ao planeta é a inação por falta de consenso.Â Â Â

A União Europeia tem dimensão e recursos bastantes para encontrar aliados que, na ausência de acordos globais, avancem com medidas que os comprometam apenas a eles, enquanto pressionam os demais. Um país com um governo assim faria bem mais pela Europa do que a «falta de comparência» que a está a caracterizar. Um governo de

esquerda deve ser assumidamente europeia. Não pode nem deve ser ingenuo ou imbecilmente comportado.